

JOSÉ ANTONIO **FICHTNER**  
AUGUSTO **TOLENTINO**  
LEONARDO **POLASTRI**  
RODRIGO **SALTON**

# CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

## PARTE GERAL

Prefácio

**JUDITH MARTINS-COSTA**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 07.11.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C783

Convenção de arbitragem: parte geral / José Antonio Fichtner ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5964-660-9

1. Arbitragem e sentença – Brasil. 2. Negociação – Brasil. 3. Mediação – Brasil. 4. Conciliação (Processo civil) – Brasil. I. Fichtner, José Antonio.

123 12 6 1

22-80658

CDU: 347.918(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

## SUMÁRIO

**PARTE I**  
**A CARACTERIZAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM**

<b>Capítulo 1 – AUTONOMIA PRIVADA E ARBITRAGEM</b> .....	3
§ 1. Contornos da autonomia privada .....	4
1. Origem etimológica de “autonomia” .....	4
2. Origem histórica .....	5
3. Distinção entre autonomia da vontade e autonomia privada .....	8
4. Matriz constitucional da autonomia privada .....	11
5. Autonomia privada no direito internacional privado .....	13
§ 2. Autonomia privada e a atuação jurígena .....	16
1. O poder normatizador da autonomia privada .....	16
2. Conformação do espaço de autonomia .....	17
3. Âmbito de incidência .....	20
4. Elasticidades diversas da “autonomia privada” .....	23
§ 3. Liberdade contratual enquanto manifestação da autonomia privada .....	25
1. Autonomia privada e liberdade .....	25
2. Autodeterminação, autonomia privada e liberdade contratual .....	28
3. Liberdade de escolher contratar .....	30
4. Liberdade de escolher com quem contratar .....	31
5. Liberdade de escolher o conteúdo do contrato .....	32
6. Limitações legais à liberdade contratual .....	33
§ 4. Natureza voluntarista da arbitragem .....	35
1. Núcleo volitivo da arbitragem .....	35
2. Liberdade de escolher arbitrar .....	38
3. Liberdade de escolher com quem arbitrar .....	40
4. Liberdade de escolher como arbitrar .....	41
5. Outros corolários da autonomia privada na arbitragem .....	43

<b>Capítulo 2 – A ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS</b> ...	47
§ 5. A arbitragem no contexto da evolução dos métodos de solução de litígios .....	47
1. Conflitos de Interesses .....	47
2. Métodos de solução de litígios .....	49
3. Concepção democrática do processo .....	55
4. Arbitragem, direito de ação, tutela jurisdicional .....	58
5. A posição atual da arbitragem enquanto método de solução de litígios .....	60
§ 6. Conceito de arbitragem .....	64
1. Método privado .....	64
2. Origem contratual e voluntarista .....	66
3. Estrutura processual heterocompositiva .....	68
4. Conteúdo jurisdicional .....	69
§ 7. Arbitragem de direito .....	71
1. Arbitragem de direito e normas jurídicas .....	71
2. O papel dos precedentes na arbitragem de direito .....	72
3. Manifesta não aplicação do direito .....	81
§ 8. Arbitragem por equidade .....	83
1. Conceito .....	83
2. Possibilidade de decisão <i>contra legem</i> .....	87
3. Fundamentação das decisões em arbitragem por equidade .....	91
<b>Capítulo 3 – NEGÓCIO JURÍDICO E ARBITRAGEM</b> .....	95
§ 9. Negócio jurídico e autonomia privada .....	96
1. Negócio jurídico e o exercício da autonomia privada .....	96
2. Autonomia privada e a exteriorização da vontade .....	99
3. Declarações negociais e negócio jurídico .....	103
§ 10. Origem e função da arbitragem .....	106
1. Origem contratual .....	106
2. Função jurisdicional .....	109
§ 11. A convenção de arbitragem enquanto negócio jurídico .....	114
1. O problema da natureza da convenção de arbitragem .....	114
2. Elementos materiais da convenção de arbitragem .....	117
3. Elemento processual da convenção de arbitragem .....	122
4. Natureza material-processual da convenção de arbitragem .....	126
§ 12. Estrutura negocial da arbitragem .....	128
1. Interação entre negócios jurídicos no curso da arbitragem .....	128
2. Incidência de regras materiais sobre os negócios jurídicos .....	132

3. Interpretação da convenção de arbitragem .....	133
<b>Capítulo 4 – NEGÓCIO JURÍDICO E PROCESSO .....</b>	<b>141</b>
§ 13. Ideia de fato jurídico processual .....	141
1. Processo e fatos jurídicos .....	141
2. Ato jurídico processual .....	144
3. Negócios jurídicos no âmbito do processo .....	145
§ 14. Estrutura dos negócios jurídicos processuais .....	147
1. Plano da existência .....	147
2. Plano da validade .....	150
3. Plano da eficácia .....	154
§ 15. Função dos negócios jurídicos no âmbito do processo .....	156
1. Racionalização do Litígio .....	156
2. Mitigação de custos .....	158
3. Aderência entre o processo e o direito material .....	159
4. Atualização das regras processuais .....	159
<b>Capítulo 5 – A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NA PERSPECTIVA BRASILEIRA E INTERNACIONAL .....</b>	<b>161</b>
§ 16. Convenção de arbitragem na perspectiva internacional .....	161
1. Convenção de arbitragem na Convenção de Nova Iorque .....	161
2. Convenção de arbitragem na Lei Modelo da UNCITRAL .....	162
3. Convenção de arbitragem em legislações comparadas .....	163
§ 17. Convenção de arbitragem no direito brasileiro .....	166
1. Convenção de arbitragem antes da edição da Lei 9.307/1996 .....	166
2. Convenção de arbitragem após a edição da Lei 9.307/1996 .....	170
3. A disputa pelo reconhecimento da constitucionalidade da Lei de Arbitragem .....	172
4. A análise da constitucionalidade da Lei de Arbitragem brasileira no STF .....	176
5. As modalidades de convenção de arbitragem .....	182
§ 18. Convenção de arbitragem doméstica e internacional .....	184
1. Critérios para distinguir a arbitragem doméstica e a arbitragem internacional .....	184
2. Critério adotado pela Lei 9.307/1996 .....	189
<b>Capítulo 6 – A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL .....</b>	<b>193</b>
§ 19. Aspectos introdutórios acerca da incompletude contratual .....	194
1. Ideia de incompletude .....	194

2. Incompletude jurídica e econômica .....	196
3. A convenção de arbitragem como contrato incompleto .....	199
4. Incompletude em contratos de longa duração .....	200
§ 20. Origens da incompletude contratual .....	202
1. Custos de transação .....	202
2. Assimetrias informativas .....	206
3. Negociação e incompletude estratégica .....	209
4. Ausência de acordo .....	212
5. Imprevidência das partes e a racionalidade limitada dos agentes .....	213
§ 21. Consequências derivadas da incompletude .....	215
1. Problemas decorrentes da incompletude .....	215
2. Grau desejável de incompletude .....	218
3. Flexibilidade contratual e benefícios derivados da incompletude .....	219
§ 22. Solucionando a incompletude .....	220
1. Negociação posterior entre as partes .....	220
2. Predefinição de critérios para sanar incompletude .....	223
3. Recurso a normas supletivas e interpretação a partir do caso concreto .....	225
4. Limites e possibilidades do “dever de renegociar” .....	227

## PARTE II

### A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NA ESCADA PONTEANA

<b>Capítulo 7 – A EXISTÊNCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>235</b>
§ 23. Entre o fato e o direito: o problema da incidência jurídica .....	236
1. Origem factual do direito .....	236
2. Valoração dos fatos pelas normas .....	239
3. A teoria do fato jurídico como ferramenta analítica .....	240
§ 24. Elementos de existência dos negócios jurídicos .....	243
1. “Elementos” dos fatos jurídicos .....	243
2. “ <i>Essentialia negotii</i> ”, “ <i>naturalia negotii</i> ”, “ <i>accidentalia negotii</i> ” .....	245
§ 25. Elementos de existência da convenção de arbitragem .....	248
1. A juridicização da convenção de arbitragem .....	248
2. Vontade de “submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral” .....	249
3. Referência a relação jurídica .....	253
4. A inexistência da convenção de arbitragem e a convenção de arbitragem putativa .....	255
5. Desnecessidade de retirada expressa da jurisdição das cortes estatais .....	256

<b>Capítulo 8 – A VALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM</b> .....	261
§ 26. Requisitos gerais de validade da convenção de arbitragem .....	262
1. Agente capaz .....	262
2. Objeto lícito, possível, determinado .....	263
3. Forma prescrita em lei .....	268
4. Cláusula compromissória patológica, vazia e cheia no plano da validade ...	271
§ 27. A arbitrabilidade enquanto requisito especial de validade do procedimento arbitral .....	274
1. Noção geral acerca da arbitrabilidade .....	274
2. Arbitrabilidade <i>stricto sensu</i> e arbitrabilidade <i>lato sensu</i> .....	278
3. Arbitrabilidade subjetiva e arbitrabilidade objetiva .....	279
4. Observações de Direito Comparado .....	280
5. Regra especial de validade: arbitragem e direito do consumidor .....	283
<b>Capítulo 9 – A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM</b> .....	293
§ 28. Categorias eficazes e o plano da eficácia .....	293
1. O plano da eficácia .....	293
2. Situações jurídicas .....	296
3. Direito subjetivo e dever .....	299
4. Direito potestativo e sujeição .....	304
5. Poder e poder-dever .....	305
6. Sanções .....	307
7. Ônus .....	310
§ 29. Direitos potestativos e poderes na arbitragem .....	311
1. Direito potestativo de instituir a arbitragem .....	311
2. Poder-dever de prestar jurisdição .....	313
3. Poder-dever de determinar a condução do procedimento .....	316
4. Poder-dever de prolatar a sentença dentro do prazo estipulado .....	319
§ 30. Direitos subjetivos na arbitragem .....	322
1. Direito de influenciar na composição do tribunal arbitral .....	322
2. Direito de confidencialidade .....	328
3. Direito de definir a lei aplicável .....	332
4. Direito de adaptar o procedimento – “flexibilidade procedimental” .....	333
§ 31. Sanção pelo descumprimento da convenção de arbitragem .....	335
1. Caráter multifacetado do inadimplemento no direito brasileiro .....	335
2. A violação positiva do contrato como modalidade de inadimplemento .....	338
3. A perda de confiança entre as partes decorrentes do inadimplemento .....	340

4. Sanções pela violação da convenção de arbitragem .....	344
§ 32. Ônus derivado da convenção de arbitragem .....	345
1. Ônus de contestar a existência, a validade e a eficácia da cláusula compromissória na primeira oportunidade .....	345
2. Síntese das categorias eficaciais associadas à convenção de arbitragem .....	347

### PARTE III

#### DIMENSÃO ESTRUTURAL DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

<b>Capítulo 10 – AS “PARTES” DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>351</b>
§ 33. Conceituação de “parte” .....	352
1. Distinção iniciais .....	352
2. Parte unissubjetiva e parte plurissubjetiva .....	355
3. “Partes” e “terceiros” .....	357
4. Partes originárias e supervenientes .....	358
§ 34. Acepção material de “parte” .....	360
1. Conceituação .....	360
2. Critério analítico para identificação das “partes” .....	361
3. Consequência material da definição de “parte” .....	362
§ 35. Acepção processual de “parte” .....	365
1. Sentido processual de “parte” .....	365
2. “Partes” do procedimento arbitral e terceiros .....	367
3. Partes do procedimento arbitral e partes da convenção de arbitragem .....	368
§ 36. Arbitrabilidade subjetiva e a possibilidade de se submeter à arbitragem .....	369
1. Noções introdutórias .....	369
2. Entes despersonalizados e arbitrabilidade subjetiva .....	371
3. Pessoas incapazes e arbitrabilidade subjetiva .....	373
§ 37. Partes não signatárias da convenção de arbitragem .....	378
1. Diferença entre a condição de “parte” e a condição de “signatário” .....	378
2. Vinculação de não signatários à convenção de arbitragem .....	381
3. Arbitragens com polos complexos .....	384
§ 38. Integração de parte adicional no curso da arbitragem .....	387
1. Modificação dos polos processuais .....	387
2. Integração de parte adicional: noções introdutórias .....	387
3. Consentimento como requisito de viabilidade da integração .....	391
4. Momento da integração .....	393
5. Análise de conveniência em relação à integração de parte adicional .....	397

<b>Capítulo 11 – O OBJETO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM</b> .....	403
§ 39. Objeto da convenção de arbitragem .....	404
1. “Objeto” dos negócios jurídicos .....	404
2. Licitude, possibilidade e determinabilidade do “objeto” .....	406
3. Objeto material e jurídico da convenção de arbitragem .....	410
4. Objeto da convenção de arbitragem e limites da jurisdição arbitral .....	413
§ 40. Arbitrabilidade objetiva e a possibilidade jurídica de arbitrar .....	417
1. Ideia de arbitrabilidade objetiva .....	417
2. Patrimonialidade como critério de aferição da arbitrabilidade .....	419
3. Disponibilidade .....	422
4. Deficiências do critério da “disponibilidade” .....	424
5. Arbitrabilidade e ordem pública .....	428
<b>Capítulo 12 – A FORMA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM</b> .....	431
§ 41. A Forma nos Negócios Jurídicos .....	432
1. Conceito de forma .....	432
2. Entre o formalismo e o consensualismo .....	435
3. Forma e formalidade .....	439
4. Função do requisito de forma .....	440
5. A importância da forma na atualidade .....	443
6. Negócios jurídicos formais .....	444
7. Forma <i>ad substantia</i> e forma <i>ad probationem</i> .....	446
8. A forma escrita e assinatura .....	450
§ 42. A forma da convenção de arbitragem na perspectiva internacional .....	456
1. A forma da convenção de arbitragem na Convenção de Nova Iorque .....	456
2. Requisitos de forma na Lei Modelo da UNCITRAL .....	464
3. A forma da convenção de arbitragem no direito brasileiro .....	468
4. Importância do requisito de forma da convenção de arbitragem .....	472
§ 43. Satisfação do requisito de forma no direito brasileiro .....	476
1. Convenção de arbitragem “por escrito” .....	476
2. Natureza <i>ad probationem</i> da forma da convenção de arbitragem .....	479
3. O papel da assinatura .....	482
4. Outras formas da manifestação do consentimento .....	486
§ 44. Casos especiais associados à forma .....	488
1. Cláusula compromissória inserida em documento apartado .....	488
2. Cláusula compromissória em contratos de adesão .....	491
3. Cláusula compromissória em trocas de mensagens .....	494

4. Cláusula compromissória formada por troca de petições .....	496
5. Cláusula compromissória verbal .....	498

## PARTE IV

### A DIMENSÃO DINÂMICA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

<b>Capítulo 13 – EFEITO NEGATIVO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>503</b>
§ 45. Efeitos dos negócios jurídicos .....	504
1. Efeitos e eficácia .....	504
2. Princípio da força obrigatória dos contratos .....	505
3. Princípio da relatividade dos contratos .....	508
§ 46. Efeito negativo da convenção de arbitragem .....	509
1. A Convenção de Nova Iorque e o reconhecimento internacional do efeito negativo .....	509
2. O afastamento do conhecimento do mérito do litígio pelo Poder Judiciário ....	511
3. Dimensão do efeito negativo .....	513
§ 47. Renúncias decorrentes da convenção de arbitragem .....	517
1. Renúncias ao acesso ao sistema recursal estatal .....	517
2. Renúncia ao acesso às garantias de acesso à justiça .....	521
3. Possibilidade de renúncia à publicidade do processo .....	523
§ 48. A exceção de arbitragem e a tutela do efeito negativo .....	525
1. Natureza jurídica .....	525
2. Caráter facultativo e impossibilidade de conhecimento de ofício .....	527
3. Momento de oposição .....	528
4. Extinção do processo em decorrência da existência de convenção de arbitragem .....	534
5. Opção pela não oposição .....	535
6. Defesa contra a exceção de arbitragem .....	537
<b>Capítulo 14 – EFEITO POSITIVO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>541</b>
§ 49. Evolução do efeito positivo .....	541
1. A efetivação da convenção de arbitragem .....	541
2. Reconhecimento do caráter jurisdicional e desnecessidade de homologação da sentença .....	543
3. Equiparação funcional entre cláusula compromissória e compromisso arbitral .....	545
4. Criação de mecanismos de efetivação da convenção de arbitragem .....	547
§ 50. Efeito positivo da convenção de arbitragem .....	548

1. Efeito positivo e a atribuição da jurisdição ao tribunal arbitral .....	548
2. Efeito positivo na cláusula compromissória vazia .....	550
3. Direito potestativo de dar início ao procedimento arbitral .....	553
4. Deveres acessórios e anexos para a efetivação da convenção de arbitragem ....	554
§ 51. Tutela do efeito positivo da convenção de arbitragem .....	557
1. Valorização da convenção de arbitragem .....	557
2. Tutela direta do efeito positivo e a execução específica da convenção de arbitragem .....	563
3. Tutela indireta do efeito positivo e a possibilidade de declaração de revelia ....	566
<b>Capítulo 15 – A AUTONOMIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>571</b>
§ 52. Delimitação do princípio da autonomia da convenção de arbitragem .....	572
1. Convenção de arbitragem enquanto negócio jurídico autônomo .....	572
2. Terminologia .....	574
3. Caráter material do princípio da autonomia da convenção de arbitragem ....	576
4. Princípio da autonomia da convenção de arbitragem e a tutela da intenção de arbitrar .....	577
§ 53. Reconhecimento Internacional da Autonomia da Cláusula Compromissória ....	581
1. Reconhecimento transnacional .....	581
2. Reconhecimento em diplomas internacionais .....	582
3. Reconhecimento legislativo .....	584
§ 54. Consequências da autonomia da cláusula compromissória .....	589
1. Momento de formação da cláusula compromissória .....	589
2. Invalidade do contrato não implica necessariamente invalidade da cláusula compromissória .....	593
3. Invalidade da cláusula compromissória não implica invalidade do contrato ....	600
4. Efeitos da cláusula compromissória após a extinção do contrato principal ....	604
§ 55. Possibilidade de aplicação de lei autônoma à cláusula compromissória .....	606
1. A lei aplicável à cláusula compromissória .....	606
2. Arbitragem internacional e a pluralidade de ordenamentos jurídicos .....	609
3. Escolha expressa de lei pelas partes .....	610
4. Cláusula de escolha de leis e a lei aplicável à cláusula compromissória .....	613
§ 56. Definição da lei aplicável à cláusula compromissória .....	615
1. Âmbito de aplicação da abordagem pró-validade na escolha de lei aplicável .....	615
2. Abordagem pró-validade (“ <i>validation principle</i> ”/“ <i>in favorem validitatis</i> ”) ....	617
3. Reconhecimento internacional da abordagem pró-validade .....	619
4. Escolha tácita da lei aplicável à cláusula compromissória .....	624

5. A lei de regência do contrato enquanto escolha tácita de lei .....	625
6. A sede da arbitragem enquanto escolha tácita de lei .....	628
7. A “terceira via” francesa: a intenção comum das partes .....	630
8. Metodologia para definição da lei aplicável à cláusula compromissória .....	631
<b>Capítulo 16 – KOMPETENZ-KOMPETENZ</b> .....	635
§ 57. Contornos gerais do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	635
1. A importância do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> para o desenvolvimento da arbitragem .....	635
2. Efeito positivo do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	637
3. Efeito negativo do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	638
§ 58. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> na perspectiva internacional .....	640
1. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> e a Convenção de Nova Iorque .....	640
2. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> na Lei Modelo da UNCITRAL .....	642
3. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> em demais tratados e convenções internacionais .....	645
4. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> em legislações comparadas .....	646
5. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> nos regulamentos de arbitragem .....	657
§ 59. <i>Kompetenz-Kompetenz</i> no direito brasileiro .....	659
1. Fundamento legal do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> no direito brasileiro .....	659
2. Relação entre o <i>Kompetenz-Kompetenz</i> e a autonomia da cláusula compromissória .....	661
3. Possibilidade de mitigação <i>prima facie</i> do efeito negativo do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	668
4. Flexibilização do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> e a relação com a interpretação <i>in favorem arbitratis</i> .....	669
§ 60. A evolução da disciplina do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> na jurisprudência do STJ ....	671
1. Caso Kwikasair Cargas Expressas (REsp 1.355.831/SP, 19 de março de 2013) .....	671
2. Caso Samarco (REsp 1.278.852/MG, 21 de maio de 2013) .....	673
3. Caso Odontologia Noroeste (REsp 1.602.076/SP, 15 de setembro de 2016) .....	675
4. Caso Parque das Baleias (CC 139.519/RJ, 11 de outubro de 2017) .....	678
5. Caso Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (REsp 1.550.260/ES, 12 de dezembro de 2017) .....	684
6. Caso Petrobras (CC 151.130/SP, 27 de novembro de 2019) .....	688
7. Caso Brumaria Comércio de Bolos (REsp 1.803.752/SP, 4 de fevereiro de 2020) .....	694

**PARTE V****CONTRATOS ASSOCIADOS À CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM**

<b>Capítulo 17 – O TERMO DE ARBITRAGEM</b> .....	701
§ 61. Definição do “termo de arbitragem” .....	701
1. Aspectos introdutórios .....	701
2. Origem histórica .....	703
3. Natureza jurídica .....	705
4. Efeito constitutivo .....	708
5. Efeito modificativo ou integrativo .....	710
§ 62. Funções do termo de arbitragem .....	712
1. Função corretiva .....	712
2. Função documental .....	713
3. Função ordenadora .....	715
§ 63. Conteúdo do termo de arbitragem .....	720
1. Liberdade de definição do conteúdo .....	720
2. Identificação dos sujeitos da arbitragem .....	721
3. Definição de fatos e objeto controvertidos .....	722
4. Escolha das regras aplicáveis .....	725
5. Estabelecimento da estrutura processual a ser seguida .....	727
§ 64. Processo formativo do termo de arbitragem .....	733
1. A elaboração do termo de arbitragem .....	733
2. Recusa em firmar o termo .....	735
3. Distinção entre termo de arbitragem e ordem procedimental .....	737
<b>Capítulo 18 – CONTRATO COM O ÁRBITRO</b> .....	739
§ 65. A natureza da relação entre árbitros e partes .....	740
1. Origem contratual .....	740
2. Características do contrato com os árbitros .....	742
3. Função jurisdicional .....	746
4. Distinções entre as relações “árbitro e parte” e “juiz e parte” .....	748
§ 66. A formação da relação entre árbitros e partes .....	753
1. Liberdade de escolher o árbitro .....	753
2. Liberdade de regular o processo de formação do tribunal .....	755
3. Nomeação do árbitro .....	757
4. Aceitação do encargo de árbitro e constituição do tribunal .....	759

§ 67. Conteúdo da relação jurídica .....	760
1. Atipicidade do conteúdo do contrato de árbitro .....	760
2. Dever de prestar jurisdição dentro do escopo contratado .....	763
3. Dever de revelação e confiança .....	766
4. Dever de imparcialidade e independência .....	772
5. Outros deveres .....	776
6. Direitos dos árbitros .....	781
<b>Capítulo 19 – CONTRATOS COM A INSTITUIÇÃO ARBITRAL .....</b>	<b>785</b>
§ 68. A Participação da Instituição Arbitral na Arbitragem .....	785
1. Arbitragem <i>ad hoc</i> .....	785
2. Arbitragem institucional .....	788
3. Vantagens e desvantagens da arbitragem institucional .....	790
§ 69. Contrato entre as partes e a Instituição Arbitral .....	793
1. Estrutura obrigacional .....	793
2. O regulamento da instituição arbitral .....	797
3. Atuação da instituição de arbitragem .....	799
§ 70. Contrato entre os árbitros e a instituição arbitral .....	802
1. Relação jurídica entre árbitros e a instituição arbitral .....	802
2. Estrutura obrigacional .....	804
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>807</b>
<b>ÍNDICE DE JULGADOS .....</b>	<b>847</b>
STF .....	847
STJ .....	847
TRF .....	853
Tribunais de Justiça .....	853
Julgados Internacionais .....	855